



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova '16', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. **Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.**
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova Discursiva - Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 11, considere o texto abaixo.

Texto I

O canto das sereias é uma imagem que remonta às mais luminosas fontes da mitologia e da literatura gregas. As versões da fábula variam, mas o sentido geral da trama é comum.

As sereias eram criaturas sobre-humanas. Ninfas de extraordinária beleza, viviam sozinhas numa ilha do Mediterrâneo, mas tinham o dom de chamar a si os navegantes, graças ao irresistível poder de sedução do seu canto. Atraídos por aquela melodia divina, os navios batiam nos recifes submersos da beira-mar e naufragavam. As sereias então devoravam impiedosamente os tripulantes.

Doce o caminho, amargo o fim. Como escapar com vida do canto das sereias? A literatura grega registra duas soluções vitoriosas. Uma delas foi a saída encontrada por Orfeu, o incomparável gênio da música e da poesia.

Quando a embarcação na qual ele navegava entrou inadvertidamente no raio de ação das sereias, ele conseguiu impedir a tripulação de perder a cabeça tocando uma música ainda mais sublime do que aquela que vinha da ilha. O navio atravessou incólume a zona de perigo.

A outra solução foi a de Ulisses. Sua principal arma para vencer as sereias foi o reconhecimento franco e corajoso da sua fraqueza e da sua falibilidade – a aceitação dos seus inescapáveis limites humanos.

Ulisses sabia que ele e seus homens não teriam firmeza para resistir ao apelo das sereias. Por isso, no momento em que a embarcação se aproximou da ilha, mandou que todos os tripulantes tapassem os ouvidos com cera e ordenou que o amarrassem ao mastro central do navio. O surpreendente é que Ulisses não tapou com cera os próprios ouvidos – ele quis ouvir. Quando chegou a hora, Ulisses foi seduzido pelas sereias e fez de tudo para convencer os tripulantes a deixarem-no livre para ir juntar-se a elas. Seus subordinados, contudo, cumpriram fiel-

mente a ordem de não soltá-lo até que estivessem longe da zona de perigo.

Orfeu escapou das sereias como divindade; Ulisses, como mortal. Ao se aproximar das sereias, a escolha diante do herói era clara: a falsa promessa de gratificação imediata, de um lado, e o bem permanente do seu projeto de vida – prosseguir viagem, retornar a Ítaca, reconquistar Penélope –, do outro. A verdadeira vitória de Ulisses foi contra ele mesmo. Foi contra a fraqueza, o oportunismo suicida e a surdez delirante que ele soube reconhecer em sua própria alma.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Auto-engano**. São Paulo, Cia. das Letras, 1997. Formato eBOOK)

1. Há no texto
 - (A) rivalidade entre o mortal Ulisses e o divino Orfeu, cujo talento musical causava inveja ao primeiro.
 - (B) juízo de valor a respeito das atitudes das sereias em relação aos navegantes e elogio à astúcia de Orfeu.
 - (C) crítica à forma pouco original com que Orfeu decide enganar as sereias e elogio à astúcia de Ulisses.
 - (D) censura à atitude arriscada de Ulisses, cuja ousadia quase lhe custou seu projeto de vida.
 - (E) comparação entre os meios que Orfeu e Ulisses usam para enfrentar o desafio que se apresenta a eles.
2. Depreende-se do texto que as sereias atingiam seus objetivos por meio de
 - (A) dissimulação.
 - (B) lisura.
 - (C) observação.
 - (D) condescendência.
 - (E) intolerância.
3. O navio atravessou incólume a zona de perigo. (4ª parágrafo)

Mantém-se o sentido original do texto substituindo-se o elemento grifado por

 - (A) inatingível.
 - (B) intacto.
 - (C) inativo.
 - (D) impalpável.
 - (E) insolente.



<p>4. <i>Doce o caminho, amargo o fim.</i> (3^o parágrafo)</p> <p>A frase acima</p> <p>(A) contrapõe a natureza singela das sereias à violência do mar.</p> <p>(B) assinala a vitória de Ulisses sobre o poder mágico das sereias.</p> <p>(C) descreve a principal consequência do confronto entre Ulisses e as sereias.</p> <p>(D) introduz a razão pela qual Orfeu venceu o embate contra as sereias.</p> <p>(E) sintetiza o percurso dos navegantes quando eram seduzidos pelas sereias.</p>	<p>8. <i>As sereias então devoravam impiedosamente <u>os tripulantes</u>.</i></p> <p><i>... ele conseguiu impedir <u>a tripulação</u> de perder a cabeça...</i></p> <p><i>... e fez de tudo para convencer <u>os tripulantes</u>...</i></p> <p>Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos grifados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:</p> <p>(A) devoravam-lhe – impedi-las – convencer-lhes</p> <p>(B) devoravam-no – impedi-las – convencer-lhes</p> <p>(C) devoravam-nos – impedir-lhe – convencê-los</p> <p>(D) devoravam-lhes – impedi-la – convencê-los</p> <p>(E) devoravam-nos – impedi-la – convencê-los</p>
<p>5. O desfecho positivo para a situação enfrentada por Orfeu adveio</p> <p>(A) de seu talento musical.</p> <p>(B) do reconhecimento de suas inabilidades.</p> <p>(C) da ajuda que recebeu de seus tripulantes.</p> <p>(D) do fato de sua embarcação ser bastante resistente.</p> <p>(E) do acordo a que ele e as sereias chegaram.</p>	<p>9. Uma redação alternativa para um segmento do texto, mantendo-se a correção gramatical e a lógica, está em:</p> <p>(A) Remontam às mais luminosas fontes da mitologia e da literatura gregas a imagem do canto das sereias.</p> <p>(B) As sereias, ninfas de beleza extraordinária, que viviam sozinhas em uma ilha do Mediterrâneo. Tinham o dom de chamar a si os navegantes graças a irresistível melodia do seu canto.</p> <p>(C) Existem diferentes versões para a fábula das sereias. Porém, o sentido geral da trama é comum a todas elas.</p> <p>(D) Os navios nos quais se deixavam atrair por aquela melodia divina, naufragavam. Na medida que batiam nos recifes, eram submersos a beira-mar.</p> <p>(E) Após os navios que batiam nos recifes submersos da beira-mar, os tripulantes impiedosos, os quais naufragavam, eram devorados pelas sereias.</p>
<p>6. Estão flexionados nos mesmos tempo e modo os verbos que se encontram em:</p> <p>(A) <i>... os navios batiam nos recifes submersos da beira-mar... / ... a escolha diante do herói era clara...</i></p> <p>(B) <i>Quando chegou a hora... / As versões da fábula variam...</i></p> <p>(C) <i>... que ele e seus homens não teriam firmeza... / ... que todos os tripulantes tapassem os ouvidos...</i></p> <p>(D) <i>... e fez de tudo para... / ... até que estivessem longe da zona de perigo.</i></p> <p>(E) <i>Ulisses sabia que ele e seus homens... / O navio atravessou incólume a zona de perigo.</i></p>	<p>10. Quando a embarcação <u>na qual</u> ele navegava entrou inadvertidamente no raio de ação das sereias... (4^o parágrafo)</p> <p>Sem prejuízo para a correção e o sentido original, o segmento grifado acima pode ser corretamente substituído por:</p> <p>(A) à qual</p> <p>(B) em que</p> <p>(C) cuja</p> <p>(D) a que</p> <p>(E) da qual</p>
<p>7. <i>Seus subordinados, <u>contudo</u>, cumpriram fielmente a ordem de não soltá-lo até que estivessem longe da zona de perigo.</i> (6^o parágrafo)</p> <p>Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical, o elemento grifado acima pode ser substituído por</p> <p>(A) embora.</p> <p>(B) entretanto.</p> <p>(C) portanto.</p> <p>(D) onde.</p> <p>(E) por isso.</p>	



Atenção: Para responder à questão de número 11, considere também o texto II abaixo.

Texto II

O consultor de empresas americano Herb M. Greenberg chegou à conclusão de que o autoconhecimento é a base do sucesso de profissionais bem-sucedidos. Ele garante que esses profissionais "conseguem compreender a si mesmos e sabem o que fazem de melhor; conhecem exatamente quais são suas fraquezas e seus pontos fortes e por isso se destacam dos demais".

(Adaptado de: GRINBERG, Renato. **A estratégia do olho de tigre**. São Paulo: Gente, 2011. p.51)

11. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. Depreende-se do **Texto II** que o comentário sobre profissionais feito pelo consultor citado aplica-se a Ulisses (**Texto I**), pois foi por meio do autoconhecimento que ele desenvolveu a engenhosa estratégia que o salvou das sereias.
- II. Ao se contrapor o **Texto II** à fábula das sereias (**Texto I**), percebe-se que as estratégias realistas de um funcionário de uma empresa nada têm em comum com as decisões tomadas por Orfeu e Ulisses, pois foi a intervenção sobrenatural que mudou o curso do destino dos heróis.
- III. A atitude de Orfeu não é um exemplo válido para o que se afirma no **Texto II** sobre profissionais bem-sucedidos, pois fica evidente que Orfeu não conhecia seus pontos fracos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) I.

Atenção: Para responder às questões de números 12 a 14, considere o texto abaixo.

Toda ficção científica, de *Metrópolis* ao Senhor dos anéis, baseia-se, essencialmente, no que está acontecendo no mundo no momento em que o filme foi feito. Não no futuro ou numa galáxia distante, muitos e muitos anos atrás, mas agora mesmo, no presente, simbolizado em projeções que nos confortam e tranquilizam ao nos oferecer uma adequada distância de tempo e espaço.

Na ficção científica, a sociedade se permite sonhar seus piores problemas: desumanização, superpopulação, totalitarismo, loucura, fome, epidemias. Não se imita a realidade, mas imagina-se, sonha-se, cria-se outra realidade onde possamos colocar e resolver no plano da imaginação tudo o que nos incomoda no cotidiano. O elemento essencial para guiar a lógica interna do gênero, cuja quebra implica o fim da magia, é a ciência. Por isso, tecnologia é essencial ao gênero. Parte do poder desse tipo de magia cinematográfica está em concretizar, diante dos nossos olhos, objetos possíveis, mas inexistentes: carros voadores, robôs inteligentes. Como parte dessas coisas imaginadas acaba se tornando realidade, o gênero reforça a sensação de que estamos vendo na tela projeções das nossas possibilidades coletivas futuras.

(Adaptado de: BAHIANA, Ana Maria. **Como ver um filme**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. formato ebook.)

12. Considere:

- I. Segundo o texto, na ficção científica abordam-se, com distanciamento de tempo e espaço, questões controversas e moralmente incômodas da sociedade atual, de modo que a solução oferecida pela fantasia possa ser aplicada para resolver os problemas da realidade.
- II. Parte do poder de convencimento da ficção científica deriva do fato de serem apresentados ao espectador objetos imaginários que, embora não existam na vida real, estão, de algum modo, conectados à realidade.
- III. A ficção científica extrapola os limites da realidade, mas baseia-se naquilo que, pelo menos em teoria, acredita-se que seja possível.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

13. Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical, o termo **sonhar**, em ... *a sociedade se permite sonhar seus piores problemas...* (2º parágrafo), pode ser substituído por:

- (A) desprezar.
- (B) esquecer.
- (C) fugir.
- (D) imaginar.
- (E) descansar.

14. O verbo flexionado no singular que também poderia estar corretamente flexionado no plural, sem que nenhuma outra alteração fosse feita na frase, está sublinhado em:

- (A) *Parte do poder desse tipo de magia cinematográfica está em concretizar...*
- (B) *Toda ficção científica, de Metrópolis ao Senhor dos anéis, baseia-se, essencialmente...*
- (C) *... tudo o que nos incomoda no cotidiano.*
- (D) *Como parte dessas coisas imaginadas acaba se tornando realidade...*
- (E) *... a sociedade se permite sonhar seus piores problemas...*

**Raciocínio Lógico-Matemático**

15. Comparando-se a remuneração, por hora trabalhada, dos serviços A e B, verificou-se que no serviço B a remuneração era 25% a menos do que a remuneração no serviço A. Roberto trabalhou 8 horas no serviço A e 4 horas no serviço B. Paulo trabalhou 4 horas no serviço A e 8 horas no serviço B. A porcentagem a mais que Roberto recebeu, por suas 12 horas de trabalho, em relação ao que Paulo recebeu, por suas 12 horas de trabalho, é igual a

- (A) 50.
- (B) 10.
- (C) 25.
- (D) 0.
- (E) 12,5.

16. O resultado da expressão numérica $5^3 \div 5 \cdot 5^4 \div 5 \cdot 5^5 \div 5 \div 5^6 - 5$ é igual a

- (A) 120.
- (B) $\frac{1}{5}$.
- (C) 55.
- (D) 25.
- (E) 620.

17. Sabe-se que uma máquina copiadora imprime 80 cópias em 1 minuto e 15 segundos. O tempo necessário para que 7 máquinas copiadoras, de mesma capacidade que a primeira citada, possam imprimir 3 360 cópias é de

- (A) 15 minutos.
- (B) 3 minutos e 45 segundos.
- (C) 7 minutos e 30 segundos.
- (D) 4 minutos e 50 segundos.
- (E) 7 minutos.

18. Quatro funcionários dividirão, em partes diretamente proporcionais aos anos dedicados para a empresa, um bônus de R\$ 36.000,00. Sabe-se que dentre esses quatro funcionários um deles já possui 2 anos trabalhados, outro possui 7 anos trabalhados, outro possui 6 anos trabalhados e o outro terá direito, nessa divisão, à quantia de R\$ 6.000,00. Dessa maneira, o número de anos dedicados para a empresa, desse último funcionário citado, é igual a

- (A) 5.
- (B) 7.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

19. Um técnico precisava arquivar x processos em seu dia de trabalho. Outro técnico precisava arquivar y processos, diferente de x , em seu dia de trabalho. O primeiro técnico arquivou, no período da manhã, $\frac{2}{3}$ dos processos que precisava arquivar naquele dia. No período da tarde, esse técnico arquivou $\frac{3}{8}$ dos processos que arquivara pela manhã e ainda restaram 14 processos para serem arquivados. O segundo técnico arquivou, no período da manhã, $\frac{3}{5}$ dos processos que precisava arquivar naquele dia. No período da tarde, o segundo técnico arquivou $\frac{5}{18}$ dos processos que arquivara pela manhã e ainda restaram 42 processos para serem arquivados.

Dessa forma, é possível determinar que, o técnico que arquivou mais processos no período da tarde superou o que o outro arquivou, também no período da tarde, em um número de processos igual a

- (A) 42.
- (B) 18.
- (C) 12.
- (D) 30.
- (E) 15.

20. Na sequência (1; A; 2; 3; B; 4; 5; 6; C; 7; 8; 9; 10; D; 11; . . .) o terceiro termo que aparece após o aparecimento da letra J é

- (A) 69.
- (B) 52.
- (C) K.
- (D) 58.
- (E) 63.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Civil**

21. A posse
- (A) do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.
 - (B) direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida.
 - (C) pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante, bem como por terceiro sem mandato, independentemente de ratificação.
 - (D) não se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor em razão do atributo da pessoalidade que lhe é inerente.
 - (E) de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.

22. Cleiton é estudante de direito. Atualmente estuda o tópico do Código Civil brasileiro "das pessoas": Para enriquecer o seu estudo, Cleiton conversou com seu professor de Direito Civil que lhe trouxe a seguinte situação hipotética a respeito da incapacidade civil:

Marcos, Simone e Valéria são irmãos e primos de Gabriel e Soraya. Atualmente a situação da família é delicada. Em razão de um afogamento na praia de Pitangueiras, na cidade do Guarujá, Marcos, vinte anos de idade, transitoriamente, não pode exprimir a sua vontade. Valéria dezesete anos de idade e Simone quinze anos, não trabalham, apenas são estudantes. Gabriel, com quarenta anos de idade, é pródigo causando problemas para seus familiares.

De acordo com o Código Civil brasileiro, Cleiton deverá responder para o seu professor que são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, apenas

- (A) Simone, Marcos e Gabriel.
- (B) Simone e Marcos.
- (C) Simone e Valéria.
- (D) Marcos e Gabriel.
- (E) Simone e Gabriel.

23. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Mario, dezesete anos de idade, escondido de seu pai, Golias, pegou a chave do carro da família e atropelou Xisto.
- II. Fabiana, dezesseis anos de idade, com a permissão de sua mãe, Maria, que lhe entregou as chaves do veículo da família, dirigiu alcoolizada e colidiu o referido veículo com a moto de Fabrício.
- III. Carlos é dono do restaurante "CC". Seu empregado, Matias, derrubou um prato na cliente, Fátima, ferindo-a.
- IV. Diogo é dono do hotel "AA". Nesta madrugada um hóspede enfurecido atirou pela janela do quarto, no qual estava hospedado, vasos, um abajur e um lustre, ferindo Simone, uma transeunte.

De acordo com o Código Civil brasileiro, responderão pelos atos praticados pelos terceiros mencionados nas situações hipotéticas,

- (A) Maria, Carlos e Diogo, apenas.
- (B) Maria e Diogo, apenas.
- (C) Golias, Maria, Carlos e Diogo.
- (D) Carlos e Diogo, apenas.
- (E) Golias, Maria e Carlos, apenas.

24. De acordo com o Código Civil brasileiro, no tocante às provas, em regra, a confissão

- (A) é irrevogável.
- (B) não pode ser anulada se decorreu de erro de fato.
- (C) é revogável mediante termo expreso.
- (D) é revogável por qualquer meio inequívoco de expressão da vontade.
- (E) é revogável se imediata e na presença de no mínimo duas testemunhas idôneas.

25. Ricardo, terceiro não interessado, pagou dívida de seu amigo Cleiton, em seu próprio nome, antes do vencimento. Nesta hipótese, Ricardo

- (A) não poderá reembolsar-se do que pagar uma vez que não possuía interesse no pagamento da dívida sendo considerada pela legislação mero ato de liberalidade.
- (B) poderá reembolsar-se do que pagar logo após o pagamento e independentemente do vencimento.
- (C) poderá reembolsar-se do que pagar apenas no vencimento e também se sub-roga nos direitos do credor.
- (D) poderá reembolsar-se do que pagar apenas no vencimento, porém não se sub-roga nos direitos do credor.
- (E) apenas sub-roga-se nos direitos do credor logo após o pagamento.

Noções de Direito Processual Civil

26. A respeito dos embargos de declaração, considere:

- I. Têm por finalidade revisar ou anular decisões judiciais.
- II. Podem ser opostos quando, na sentença, houver contradição.
- III. Não são cabíveis quando houver obscuridade em acórdão.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) I.

27. Pedro, oficial de justiça, viajou para visitar sua mãe doente e resolveu delegar a outra pessoa o cumprimento de mandado de citação do réu de uma ação de cobrança. A conduta de Pedro

- (A) é ilegal, pois está obrigado a realizar pessoalmente as diligências próprias de seu cargo.
- (B) é legal, se a pessoa à qual delegou as atribuições tiver cumprido as formalidades inerentes ao ato citatório e for analista judiciário oficial de justiça.
- (C) só é ilegal se a pessoa que cumpriu a diligência for seu cônjuge, irmão ou parente até o terceiro grau.
- (D) legal, porque a lei atribui ao oficial de justiça poderes para delegar suas funções por necessidade do serviço ou outro motivo justificado.
- (E) só é ilegal se a certidão a respeito da ocorrência, com menção de lugar, dia e hora, não tiver sido lavrada e assinada pelo próprio oficial de justiça.



28. Na execução fiscal, o executado poderá apresentar
- (A) reconvenção dentro do prazo para embargos.
 - (B) embargos no prazo de trinta dias contados do depósito em dinheiro feito para garantia da execução.
 - (C) embargos, no prazo de trinta dias, sem garantir a execução.
 - (D) embargos no prazo de quinze dias contados da intimação da penhora.
 - (E) embargos no prazo de quinze dias contados da juntada da prova de fiança bancária para garantia da execução.

29. No que concerne aos Juizados Especiais Federais Cíveis,
- (A) podem ser partes, como réis, as fundações e empresas públicas federais.
 - (B) nas causas de sua competência haverá reexame necessário quando a União for vencida.
 - (C) podem ser partes, como autoras, quaisquer pessoas jurídicas.
 - (D) não se inclui na sua competência as causas para anulação de ato administrativo federal de natureza previdenciária.
 - (E) incluem-se na sua competência as causas sobre bens imóveis da União.

Noções de Direito Penal

30. Segundo o entendimento jurisprudencial dominante, não tem como extinguir a punibilidade
- (A) a morte do agente ocorrida após o trânsito em julgado da condenação.
 - (B) a morte do agente ocorrida antes do trânsito em julgado da condenação.
 - (C) o indulto natalino.
 - (D) a prescrição antecipada.
 - (E) o perdão judicial, em crime culposo.

31. Não há crime sem

- (A) dolo.
- (B) resultado naturalístico.
- (C) imprudência.
- (D) conduta.
- (E) lesão.

32. De um lado, "solicitar" ou "receber" e, de outro lado, "exigir" compõem núcleos opostos que, respectivamente, diferenciam, entre si, duas importantes e recorrentes figuras penais, ambas cometidas por funcionários públicos. Embora, nesse ponto, substancialmente diversas, no mais, mostram-se apenas aparentemente próximas uma da outra. São elas:
- (A) prevaricação e violência arbitrária.
 - (B) condescendência criminosa e excesso de exação.
 - (C) advocacia administrativa e corrupção.
 - (D) peculato culposo e peculato doloso.
 - (E) corrupção passiva e concussão.

33. Na corrupção passiva, há diferenciações normativas se:

- em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional;
- o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.

Tem-se, nesses dois fatores de penas, respectivamente:

- (A) qualificadora e causa de diminuição.
- (B) causa de aumento e privilégio.
- (C) qualificadora e causa de aumento.
- (D) causa de aumento e qualificadora.
- (E) privilégio e qualificadora.

Noções de Direito Processual Penal

34. Antonio é prefeito municipal que exerce mandato desde 2013. Ante a notícia de que teria, em 2011, praticado delito de apropriação indébita previdenciária, previsto no artigo 168-A, do Código Penal, enquanto sócio gerente de uma metalúrgica, a competência para processá-lo e julgá-lo agora por tal crime é do
- (A) juiz de primeiro grau da respectiva seção judiciária onde teria ocorrido o delito.
 - (B) Supremo Tribunal Federal.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) Tribunal Regional Federal do local onde teria ocorrido o delito.
 - (E) Tribunal de Justiça do Estado onde teria ocorrido o delito.

35. No curso de ação penal, o Representante do Ministério Público requereu ao Juízo Federal pedido de diligência para que fossem obtidas judicialmente certidões de antecedentes criminais das Justiças Estadual e Federal dos locais do fato, do nascimento e residência de réu. O juiz indeferiu o pedido, sob argumento de que, no processo penal de modelo acusatório, o Ministério Público tem o ônus da prova criminal, daí seu dever de apresentar as respectivas certidões de antecedentes criminais. Contra esta decisão cabe
- (A) mandado de segurança.
 - (B) apelação.
 - (C) recurso em sentido estrito.
 - (D) carta testemunhável.
 - (E) *habeas corpus*.

36. Em relação aos crimes de autoria coletiva, ocorridos no seio de pessoa jurídica, é INCORRETO afirmar que
- (A) pode ser processada denúncia vaga e genérica, cabendo exclusivamente à instrução processual o debate acerca do efetivo exercício da gestão empresarial.
 - (B) a denúncia não precisa minudentemente descrever a conduta de cada um dos acusados.
 - (C) não é inepta a denúncia que atribui a prática de fato penalmente típico e que enseja pleno exercício do direito de defesa.
 - (D) nos crimes de autoria coletiva, dada a complexidade da ação criminosa, torna-se despicienda a descrição pormenorizada da conduta dos denunciados, admitindo-se a exposição relativamente ampla da participação de cada um.
 - (E) a denúncia deve descrever de forma clara e suficiente a conduta delituosa.



37. Aurea, vítima do delito de tráfico internacional de pessoa, para fim de exploração sexual, foi admitida como assistente de acusação no curso de ação penal. Nesta qualidade, NÃO poderá
- (A) recorrer da sentença absolutória se o Ministério Público não o fizer.
 - (B) requerer perguntas às testemunhas, no curso da instrução processual.
 - (C) aditar a denúncia formulada pelo Ministério Público.
 - (D) indicar assistente técnico.
 - (E) arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público.

Noções de Direito Administrativo

38. Inácio, servidor público federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e responsável pela condução de determinado processo administrativo, detectou que uma das partes interessadas do aludido processo é casada com Carlos, com quem possui amizade íntima. Vale salientar que o mencionado processo administrativo apresenta uma pluralidade de partes interessadas. No caso narrado e nos termos da Lei nº 9.784/1999,
- (A) o processo deverá continuar a ser conduzido por Inácio, tendo em vista que existe uma pluralidade de partes interessadas.
 - (B) trata-se de hipótese de impedimento expressamente prevista na lei.
 - (C) inexistente qualquer proibitivo para que Inácio continue na condução do processo, pouco importando a pluralidade de partes interessadas.
 - (D) Inácio deverá afastar-se da condução do processo por razão moral, embora não se trate nem de impedimento, nem de suspeição.
 - (E) Inácio deverá declarar-se suspeito.

39. Considere os seguintes atos:

- I. Inquirição de testemunhas.
- II. Interrogatório do servidor acusado.
- III. Apresentação de defesa escrita.
- IV. Indiciação do servidor.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, as fases do processo administrativo disciplinar ocorrem na ordem descrita em

- (A) II, I, III e IV.
 - (B) I, II, IV e III.
 - (C) II, I, IV e III.
 - (D) I, II, III e IV.
 - (E) IV, II, III e I.
40. Em 2011, o Governador do Rio de Janeiro decretou situação de calamidade pública em sete municípios do Estado, em razão das fortes chuvas ocorridas na região serrana. O ato mencionado agilizou a contratação imediata de obras e serviços, de modo a reabilitar as cidades destruídas. A situação narrada trata de típica hipótese de
- (A) dispensa de licitação.
 - (B) inexigibilidade de licitação.
 - (C) licitação, na modalidade convite.
 - (D) licitação, na modalidade leilão.
 - (E) licitação, na modalidade concurso.

41. Pietra, servidora pública do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, praticou ato administrativo válido, porém discricionário, no entanto, cinco dias após a prática do ato, revogou-o, motivada por razões de conveniência e oportunidade. A propósito do tema,
- (A) a revogação não se dá por razões de conveniência e oportunidade.
 - (B) o ato discricionário não comporta revogação.
 - (C) se o ato já exauriu seus efeitos, não pode ser revogado.
 - (D) a revogação opera efeitos retroativos.
 - (E) a revogação pode se dar tanto pela Administração pública (Poder Executivo), quanto pelo Poder Judiciário, que, nesse caso, ocorre apenas em situações excepcionais.

Noções de Direito Constitucional

42. A dignidade da pessoa humana, no âmbito da Constituição Brasileira de 1988, deve ser entendida como
- (A) uma exemplificação do princípio de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade reconhecida pela Constituição.
 - (B) um direito individual garantido somente aos brasileiros natos.
 - (C) uma decorrência do princípio constitucional da soberania do Estado Brasileiro.
 - (D) um direito social decorrente de convenção internacional ratificada pelo Estado Brasileiro.
 - (E) um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil.
43. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, quanto à responsabilidade por danos causados a terceiro,
- (A) apenas responderão pelos danos que seus agentes causarem se houver prova de dolo.
 - (B) responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem, independentemente de dolo ou culpa.
 - (C) apenas responderão pelos danos que seus agentes causarem em caso de culpa.
 - (D) não responderão pelos danos causados por seus agentes.
 - (E) responderão pelos danos causados, desde que seus agentes tenham sido condenados em ação anterior ao ressarcimento.
44. Determinada matéria constitucional, objeto de proposta de emenda rejeitada pelo Congresso Nacional,
- (A) não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
 - (B) não pode ser objeto de nova proposta na vigência da Constituição.
 - (C) pode ser objeto de nova proposta desde que encaminhada pelo Presidente da República.
 - (D) pode ser objeto de nova proposta apenas em caso de guerra declarada ao país e se tratar de tema afeto à defesa nacional.
 - (E) não pode ser objeto de nova proposta, salvo se contar com apoio de dois terços do Senado Federal.



Noções de Direito Previdenciário

Atenção: Para responder às questões de números 45 a 47, considere a Lei nº 8.213/91.

45. O Conselho Nacional de Previdência Social–CNPS possui como membros, dentre outros, nove representantes da sociedade civil. Os membros do CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo

- (A) Ministro da Saúde, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
- (B) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de 2 anos, vedada a recondução.
- (C) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de 1 ano, vedada a recondução.
- (D) Ministro da Saúde, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de 1 ano, vedada a recondução.
- (E) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.

46. O servidor civil ocupante de cargo efetivo de autarquia da União, em regra, é

- (A) segurado obrigatório como contribuinte individual independentemente de estar ou não amparado pelo regime próprio de previdência social.
- (B) excluído do Regime Geral de Previdência Social, inclusive na hipóteses de estar amparado por regime próprio de previdência social.
- (C) excluído do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparado por regime próprio de previdência social.
- (D) segurado obrigatório como trabalhador avulso independentemente de estar ou não amparado pelo regime próprio de previdência social.
- (E) segurado especial independentemente de estar ou não amparado pelo regime próprio de previdência social.

47. Considere os seguintes princípios:

- I. Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.
- II. Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários.
- III. Previdência Complementar Facultativa custeada por contribuição adicional.
- IV. Irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservá-lhes o poder aquisitivo.

A Previdência Social, rege-se, dentre outros, pelos princípios indicados em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Noções de Direito Tributário

48. Sobre Crédito Tributário, é correto afirmar que

- (A) a partir do momento que se realiza o depósito do montante integral ele é extinguido.
- (B) a penhora em sede de execução fiscal é causa de suspensão da exigibilidade.
- (C) o parcelamento do débito é causa de exclusão, ainda que ele esteja em vias de execução fiscal.
- (D) a liminar concedida em mandado de segurança é causa de suspensão da exigibilidade e de suspensão do prazo prescricional.
- (E) as reclamações e recursos administrativos contra seu lançamento podem ser apresentadas enquanto não proposta a execução fiscal, sendo causa de suspensão do prazo prescricional.

49. Considerando que o fato gerador de um tributo sujeito a lançamento de ofício ocorreu em 20 de março de 2009,

- (A) se houver lei mais nova em vigor, que regule o tributo decorrente deste fato gerador, em sendo ela mais benéfica, no lançamento é possível a retroatividade da lei para beneficiar o contribuinte.
- (B) lei nova que discipline novas medidas de fiscalização não pode ser aplicada relativamente a fatos geradores pretéritos.
- (C) se a notificação ao sujeito passivo chegar em junho de 2014, haverá decadência.
- (D) o sujeito passivo tem o prazo de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, para fazer o pagamento antecipado do tributo.
- (E) se a base de cálculo estiver expressa em moeda estrangeira e a lei não dispuser de forma diversa, far-se-á a conversão para a moeda nacional ao câmbio do dia do lançamento.

50. Sobre Execução Fiscal, o Código Tributário Nacional estabelece:

- I. O juiz deverá determinar a indisponibilidade dos bens e direitos do executado, até o limite do valor total exigível, se o devedor não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal.
- II. A determinação judicial para tornarem indisponíveis os bens do executado deve ser comunicada ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas para as providências cabíveis contra o devedor.
- III. Se o devedor reservar bens ou rendas suficientes para o total pagamento da dívida inscrita, não será considerada fraudulenta a alienação ou oneração de seus bens ou rendas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) II e III.



DISCURSIVA (REDAÇÃO)

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo IX, item 5, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que na Folha de Resposta Definitiva:

- a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
- b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado;
- c) for assinada fora do local apropriado;
- d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- e) for escrita à lápis, em parte ou em sua totalidade;
- f) estiver em branco;
- g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação pela banca examinadora.

Na Prova Discursiva – Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

A Prova Discursiva – Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, no conjunto das duas questões, média igual ou superior a 60 (sessenta).

Discriminar – Discernir: discriminar as razões de uma teoria. Separar; diferenciar: discriminar o bem e o mal (Lat. discriminare).
(FIGUEIREDO, Cândido de. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa, 4. ed, 1926)

Discriminar – Diferenciar, distinguir; 2. Discernir; 3. Separar.
(FREIRE, Laudelino. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. A Noite, Rio de Janeiro, 1941)

Discriminar

- 1 perceber diferenças; distinguir, discernir
- 2 colocar à parte por algum critério; especificar, classificar, listar
- 3 não (se) misturar; formar grupo à parte por alguma característica étnica, cultural, religiosa etc.; separar(-se), apartar(-se), afastar(-se)
- 4 Derivação: por extensão de sentido.
tratar mal ou de modo injusto, desigual, um indivíduo ou grupo de indivíduos, em razão de alguma característica pessoal, cor da pele, classe social, convicções etc.
(HOUAISS, Antônio. **Houaiss Eletrônico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009)

Com base nas acepções acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se a respeito do **convívio de grupos sociais distintos na atualidade**.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30